

UM PROCESSO COMUM DE INTERPELAÇÃO DA SOCIEDADE CRISTÃ BRASILEIRA, INVESTIGADO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Ana Zandwais

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a realizar uma investigação, com base nas concepções epistemológicas da Análise do Discurso, sobre a constituição do fenômeno parafrástico em dois textos que tematizam o papel da Igreja diante das questões sócio-econômicas e políticas na década de 1980, definindo seu lugar nas relações de produção/reprodução da sociedade brasileira: a) o primeiro, produzido por Roque Hammes (1981), que procura analisar a questão sob uma ótica hermenêutico-teológica; b) o segundo, produzido pelo professor e jornalista Tarcísio de Nadal (1986), que justifica o discurso da Igreja a favor da reforma agrária, com base em argumentos de diferentes naturezas.

Confrontando, pois, os efeitos de sentidos produzidos pelos dois discursos sobre uma posição da Igreja em relação a seu papel nas relações hegemônicas que caracterizam o modo de produção capitalista, procuraremos caracterizar os efeitos comuns que garantem a identificação de fenômenos parafrásticos em discursos produzidos em momentos históricos diferentes, e por sujeitos-enunciadores que ocupam espaços também diferenciados nos órgãos institucionais.

1. OS PROCESSOS DE ENUNCIÇÃO DISCURSIVA E OS PRESUPPOSTOS DAS TEORIAS DO DISCURSO

A partir do momento em que a Lingüística expande e complexifica as descrições sobre a natureza de seu objeto teórico - o discurso - passa também a questionar a própria concepção objetiva de língua, já definida por Saussure como um sistema de estruturas regulares, e descritível a partir de relações de oposição.

É, pois, a partir de tais mudanças que a escola européia passa a considerar o enunciável como exterior à matéria lingüística, e as Teorias do Discurso como constructos de sustentação lógica dos aspectos que atestam as relações de causalidade da enunciação para explicar as condições de produção dos enunciados.

Assim, dentro desse quadro de reversibilidade epistemológica, a Teoria da Enunciação passa a definir o discurso como um processo subjetivo, no qual os sujeitos se apropriam dos signos lingüísticos, em circunstâncias específicas de interação verbal, para produzir determinados efeitos de sentidos¹, de modo que o enunciável passa a ser caracterizado como uma ocorrência singular, irrepetível e vinculada a realidades externas da ordem do emergencial que corroboram para justificar a funcionalidade dos sentidos que se originam em esferas individuais e se materializam através das relações de alteridade estabelecidas entre o "eu" (sujeito-enunciador) e o "tu" (enunciários).

Nesta perspectiva, portanto, o sentido se constitui a partir de uma intersecção entre as ordens do individual e do social, de modo que aquilo que é dito produz-se como efeito das relações intersubjetivas que os indivíduos estabelecem entre si e as realidades externas.

Por outro lado, a Análise do Discurso, partindo de um constructo em que a Filosofia materialista intervém nos domínios da lingüística, procura definir a natureza dos processos discursivos e enunciativos através da articulação entre a Lingüística e a Teoria histórica dos processos de formações sociais.

Portanto, dentro da perspectiva da Análise do Discurso a materialidade do discurso e da língua são de naturezas distintas, na medida em que, enquanto ao primeiro cabe descrever os processos históricos que determinam o enunciável - aquilo que é dito - sendo que o fenômeno discursivo já se produz na interdependência com fatores de ordem ideológica, a segunda se configura como a base empírica de representação dos efeitos de sentidos produzidos pela instância discursiva, sendo, por esta razão, "a mesma tanto para os materialistas quanto para os idealistas", conforme Pêcheux (1988:91).

¹ A partir da ótica discursiva, o sentido deixa de ser representado como uma realidade autônoma e passa a ser descrito como um efeito de intencionalidades que se materializam nos atos de enunciação.

É, pois, através da concepção de que o enunciável somente pode ser explicável a partir de práticas sociais e políticas historicamente determinadas, que Pêcheux (1988) caracteriza o fenômeno de constituição do sujeito no discurso através da transformação dos indivíduos em sujeitos, por processos de interpelação, nos quais os indivíduos, ao identificarem-se com seus lugares nas relações de produção/reprodução, identificam-se simultaneamente com as formações ideológicas que representam tais lugares.

Assim, de acordo com esta perspectiva de visão, os fenômenos lingüísticos deixam de ser investigados a partir de conhecimentos positivos, e passam a ser vistos não mais como meras estruturas, mas como acontecimentos, conforme Pêcheux (1990), que somente podem ser investigados a partir dos fatos históricos que determinam os processos de produção dos sentidos pelos sujeitos.

Discordando, em primeiro lugar, dos pressupostos que concebem a ideologia como um conjunto de elementos capazes de justificar as práticas sociais de uma única classe - a dominante - Pêcheux (1988:14) argumenta que tal concepção é parcial, na medida em que somente reconhece a prática histórico-hegemônica de uma classe, relegando as demais ao esquecimento histórico. Para Pêcheux, admitir tal concepção seria o mesmo que asseverar a possibilidade de encontrar apenas a "raiz quadrada de números positivos".

Assim, contrapondo-se a tais pressupostos, o autor faz corresponder diferentes formações ideológicas a diferentes formações sociais, demonstrando, também, que os órgãos institucionais (Aparelhos de Estado) compreendem, em suas estruturas hegemônicas, formações sociais antagônicas que se materializam em processos de interpelação distintos, de modo que as relações de produção/reprodução e transformação sociais se refletem na prática social como um efeito das contradições existentes entre as formações sociais e os órgãos institucionais.

Portanto, fazendo corresponder às formações ideológicas distintas, diferentes formações discursivas, cujos papéis consistem em reiterá-las ou transformá-las, Pêcheux (1988) demonstra, através da intervenção da filosofia materialista no domínio da lingüística, como se processam, empiricamente, as condições de produção e constituição dos discursos e dos sujeitos.

Desta forma, na medida em que Pêcheux não concebe a ideologia como um sistema autônomo de propulsão de idéias, a-histórico e atópico, mas como a expressão das relações materiais que configuram os sistemas político-econômicos, a ideologia passa a ser investigada dentro das formações ideológicas que se representam por uma ou várias formações discursivas, que, empiricamente, identificam os processos de assujeitamento dos sujeitos às formações ideológicas, e cristalizam os efeitos de reprodução ou transformação das formações ideológicas na materialidade do objeto lingüístico.

É, pois, dentro desta ótica que o autor concebe o discurso como um processo que compreende a síntese das relações de intersecção entre dois níveis distintos, mas intercomplementares: a) o nível do interdiscurso, que se constitui pelo domínio dos saberes próprios das formações ideológicas,

sendo representado por formações discursivas que se identificam ou se opõem às formações ideológicas, manifestando relações de antagonismo, aliança ou contradição, de acordo com as formas como as classes se reconhecem nas relações de dominação econômica e institucionais (Aparelhos de Estado); b) o nível do intradiscurso, que se representa pela formulação de enunciados que materializam os percursos históricos dos acontecimentos que geram os processos de produção dos sentidos nos discursos, sendo que as funções dos elementos lingüísticos não são estáticas ou explicáveis apenas por uma lógica de ordem intralingüística, já que os processos de produção discursiva são sustentados pelas histórias das ideologias que governam a produção dos sentidos pelos sujeitos, de modo a instaurar-se uma relação dialética entre as noções de estrutura e acontecimento.

Portanto, no nível do intradiscurso, as formações discursivas que dominam ou são dominadas nos processos discursivos, bem como as categorias morfossintáticas que demonstram como o sujeito-enunciador se compromete ou rompe com uma determinada formação ideológica, somente podem ser investigadas com base no reconhecimento das relações objetivas que podem ser estabelecidas entre os fatos históricos exteriores aos enunciados mas, ao mesmo tempo, determinantes de suas formulações e as seleções de categorias lingüísticas que corroboram para os processos de determinação dos sentidos produzidos por instâncias históricas anteriores e exteriores ao momento histórico de formulação dos enunciados.

2. A CONCEPÇÃO DE PARÁFRASE A PARTIR DA ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Rompendo com as concepções de paráfrase, tradicionalmente adotadas pelas correntes distribucionalistas e pela Teoria da Enunciação, que caracterizam as ocorrências parafrásticas como operadores capazes de assegurar as relações de transformação das estruturas frasais, sem alterar-lhes os sentidos², ou como fenômenos de transposição discursiva que se originam a partir de atos individuais de desambiguação de sentidos³, Pêcheux (1988), caracteriza a paráfrase como a matriz de sentidos dos discursos que reiteram posições comuns ocupadas pelos sujeitos dentro das formações ideológicas.

Deste modo, na perspectiva da Análise do Discurso, a paráfrase é garantida pela reiteração de ideologias comuns que sustentam a produção dos sentidos de várias formações discursivas, as quais interpelam os indivíduos em sujeitos com base em relações de reconhecimento dos mesmos no seio de uma mesma formação ideológica.

2 A concepção acima está baseada nos postulados de Harris (1971) e Leeman (1978).

3 A concepção de paráfrase, dentro da ótica da Teoria da Enunciação é discutida em Parret (1988).

Portanto, de acordo com Pêcheux, os processos parafrásticos não são originados nos discursos ou nos enunciados que os constituem, mas fora deles, de modo que para reconhecer as relações parafrásticas imbricadas nos discursos não basta examinar a matéria lingüística, porque essa apenas apresenta-se como um efeito de formas de interpelação político-históricas dos sujeitos.

A partir dessa concepção que rompe com a ilusão do "sujeito como fonte do sentido", é que se faz possível realizar uma síntese entre o materialismo histórico e a semântica discursiva, considerando-se não mais o sentido como um efeito de atos de enunciação individuais, embora ao formular os enunciados que constituem seu discurso o sujeito tenha tal ilusão, em virtude de apagamentos do domínio da memória.

É a partir dessa concepção, também, que a função semântica dos elementos lingüísticos não existe fora das relações de interdependência entre formações ideológicas e discursivas, de modo que o signo lingüístico passa a ser interpretado de acordo com a formação ideológica a que ele remete, identificando, portanto, os lugares que os sujeitos têm a ilusão de atribuir a si mesmos e aos outros nos processos históricos de reprodução/transformação das relações de hegemonia social.

É, ainda, por tais razões que se faz possível constatar que os processos parafrásticos identificados nas formações discursivas institucionais são elaborados com base nos lugares que os sujeitos atribuem a si e às instituições, de modo que os processos de reprodução/transformação das formações discursivas institucionais estão subordinados aos interesses das classes que compõem as instituições e às formações ideológicas com as quais as mesmas se identificam.

Desta forma, a materialidade discursiva, que se constrói como uma representação das relações que os sujeitos estabelecem entre si nas relações de dominação, aparece configurada pelos mesmos itens lexicais e gramaticais que podem adquirir funções valorativas distintas dentro de diferentes formações ideológicas ou, ainda, por itens lexicais e gramaticais com funções semânticas totalmente distintas que podem adquirir a mesma função valorativa no seio de uma formação ideológica comum.

Como exemplos elucidativos das constatações, acima feitas, podem ser citados os seguintes itens lexicais: a) liberal, que dentro do modo de produção capitalista significa favorável à livre-iniciativa, progressista, mas que dentro de um sistema econômico socialista pode ser sinônimo de subversivo ou facista; b) corporativista, que dentro de um regime capitalista pode referenciar sujeitos que representam um determinado sistema ou classe produtora de bens de consumo, mas que dentro de um sistema socialista pode ser sinônimo de facista individualista, ou infrator das normas que regem o bem comum.

Tais considerações nos levam, portanto, a considerar que o papel da paráfrase na Análise do Discurso somente pode ser identificado através das relações objetivas que os sujeitos estabelecem com os processos histórico-

políticos de dominação, de modo que a subjetividade do sentido deixa de ser aleatória para ser configurada como um efeito das ideologias constitutivas dos diferentes modos de produção sociais.

Assim, os discursos parafrásticos, ainda que produzidos por classes produtoras ou instituições distintas, têm em comum funções consensuais sobre os lugares das classes e das instituições nas relações de reprodução/transformação sociais. E é, pois, a partir de tais realidades objetivas que se pode afirmar que os discursos parafrásticos correspondem a processos comuns de interpelação dos indivíduos em sujeitos.

Cabe considerar, também, que o conceito de paráfrase, em Análise do Discurso, engendra o domínio da memória, na medida em que os processos parafrásticos constituem o repetível, isto é, as formações discursivas que se representam como parafrásticas configuram nas formulações dos enunciados dos discursos os elementos que garantem a reprodução do saber próprio de uma formação ideológica, garantindo, assim, através dos efeitos de sentidos comuns produzidos pelos discursos, a estabilidade de permanência, na memória dos sujeitos interpelados, dos elementos pré-construídos que garantem os processos de auto-reconhecimento pelos sujeitos nas relações de produção.

Dá poder-se dizer que as posições ocupadas pelos sujeitos nos processos discursivos, bem como as orientações argumentativas que configuram tais posições não são perceptíveis apenas a partir da materialidade lingüística, já que se constituem em efeitos de processos de identificação com formações ideológicas, representadas por formações discursivas que procuram resgatar os espaços vazios dos esquecimentos históricos pelos sujeitos.

Portanto, os efeitos de sentidos produzidos pela lógica das operações argumentativas formuladas nos discursos parafrásticos não são descritíveis a partir de regras estáveis e dedutíveis das propriedades lógicas de componente lingüístico, mas, ao contrário, refletem as posições ideológicas que os sujeitos assumem, reafirmando as direções interpretativas constantes e contínuas dos mesmos nas formações discursivas que caracterizam os saberes próprios das formações ideológicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução de uma análise que permita caracterizar as relações parafrásticas existentes entre os dois discursos que compõem o corpus deste estudo, optamos por investigar recortes temáticos de ambos, na tentativa de caracterizar, ao mesmo tempo, a partir de perspectivas didática e qualitativa, como se configuram, na materialidade do discurso, as relações de interdependência entre o lingüístico e o ideológico.

A seguir, optamos por investigar os processos discursivos em dois níveis: a) um nível vertical, que descreva as condições de produção históricas dos discursos, englobando as características dos processos de interpelação dos alocutários e os tipos de relações de dominância entre as formações discursivas

que constituem os discursos; b) um nível horizontal, que identifique, na organização temática dos discursos, as funções axiológicas dos itens lexicais e gramaticais representativos das formações discursivas em análise.

4. ANÁLISES

4.1 - A GRAÇA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Roque Hammes

Introdução

1 Desde que a Igreja existe, fala-se da graça. Cada qual a interpreta a seu modo, o
2 que, ao longo da história da Igreja, foi causa de muitas e grandes discussões.
3 Fundamentalmente, porém, todos conservam a mesma idéia: a graça é algo que
4 vem de Deus e se destina a aperfeiçoar o homem. Todos a recebem, desde que a aceitem.
5 Hoje, na América Latina, com o surgimento de um novo tipo de Teologia, também
6 surge um novo modo de interpretar a graça. Esta é vista dentro de um contexto
7 determinado, que é um contexto de exploração e opressão. É uma reflexão feita a partir
8 da periferia, onde a grande maioria vive em condições sub-humanas. Por isso, ela assume
9 características bem definidas. Quais são elas? É o que tentaremos expor ao longo do
10 presente artigo, partindo duma descrição da realidade latino-americana, para chegarmos
11 a uma visão da graça nessa perspectiva.

12 1 Situação da América Latina

13 1.1 Importância de definir o lugar donde se faz teologia

14 O estudo teológico, e conseqüentemente também as reflexões sobre a graça, não
15 é algo aéreo, feito fora do tempo e do espaço. Isso, porque tudo aquilo que o homem faz
16 se situa dentro de um determinado espaço físico e dentro de um tempo específico. Daí
17 que, para compreendermos o que a Teologia da Libertação, que é a Teologia da América
18 Latina, entende por graça, precisamos estudar primeiro a realidade em que essa Teologia
19 é feita. Sem essa visão é impossível compreender o alcance dos conceitos elaborados pela
20 Teologia da Libertação.

21 Em primeiro lugar, é preciso ter bem presente que a Teologia da Libertação é
22 feita, não a partir do centro do sistema imperante, mas sim, a partir da periferia. É,
23 portanto, uma Teologia de periferia, e conseqüentemente, uma Teologia feita a partir
24 dum lugar rebelde.

25 1.2 Realidade Latino-americana

26 1.2.1 Realidade Histórica:

27 Em 1494, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas pelo papa Alexandre VI,
28 iniciou-se para a América Latina, uma dependência de sucessivos centros hegemônicos:
29 Espanha e Portugal, Inglaterra, Estados Unidos. A própria independência política,
30 conquistada pelos países latino-americanos nos séculos XVIII e XIX, não passou de uma
31 pequena etapa do longo processo da verdadeira libertação. Foi apenas a transposição de
32 uma dependência direta para uma dependência indireta, pela qual os dominados "be-
33 bem" tudo o que se passa nos países dominadores, e ainda se sujeitam a ser manipulados
34 pelas elites e oligarquias nacionais conjugadas com as elites imperiais.

36 a. Dependência econômica;

37 Economicamente a América Latina é um continente sub-desenvolvido, e está
38 destinada a permanecer indefinidamente nesta situação. Isso porque desenvolvimento e
39 sub-desenvolvimento andam juntos. Alguns países se desenvolvem à custa de outros, aos
40 quais é negada a chance de se desenvolverem. Daí que os países desenvolvidos produzem
41 a ciência e a técnica e a exportam aos países sub-desenvolvidos, os quais devem pagar
42 caro para poderem servir-se dos progressos científicos e técnicos. Dentro dos próprios
43 países sub-desenvolvidos existe a exploração institucionalizada, que permite a uns poucos
44 usufruir dos benefícios do desenvolvimento, enquanto a grande massa de trabalhadores
45 é explorada, surgindo daí o drama humano da fome, miséria, exploração e marginalidade.

46 b. Dependência política:

47 A metrópole, atualmente os Estados Unidos da América, faz de tudo para
48 continuar a governar nos países dependentes, utilizando-se para tal das elites internas
49 dos países satélites. Para isso, elaboram-se ideologias e busca-se influenciar a cultura.
50 Apresenta-se o mito do comunismo como inimigo número um que deve ser combatido.
51 Daí os regimes militares e a doutrina da Segurança Nacional.

52 c. Dependência sócio-cultural

53 A dependência econômica e a dependência política geram a dependência sócio-
54 cultural. Surgem duas classes bem distintas: uma que é favorecida com o sistema de
55 dependência externa e que enriquece à custa da dependência, e outra que é explorada e
56 pisoteada para impulsionar um pequeno grupo para frente.

57 No Brasil, são 75% da população, os que vivem numa situação de relativa
58 marginalidade. Entre esses, são muitos os que não têm condições de levarem uma vida
59 digna de pessoas humanas.

60 1.3 A Teologia dentro deste contexto:

61 Dentro dessa realidade descrita acima, aparece a Teologia da Libertação. Olha
62 para a marginalidade e a pobreza de milhões de pessoas e vê aí corporificado o pecado
63 e a injustiça. Daí ser ela "uma tentativa de articular criticamente o engajamento eficaz
64 do amor cristão, em termos de libertação sócio-econômico-político-religiosa" (1).

65 A Teologia da Libertação reflete sobre a libertação escatológica. Para conseguí-la,
66 porém, é preciso buscar as libertações parciais, que são as libertações políticas, econô-
67 micas, sociais e culturais. É o que afirma o conhecido teólogo Leonardo Boff: "A salvação
68 de Deus, escatológica, não vem somente pelo processo de libertação da dimensão política
69 da história; porém não vem tão pouco sem este processo: a dimensão política não é tudo,
70 mas é algo que pertence ao quadro da salvação" (2). A mesma idéia aparece em Mário
71 de França Miranda: "Uma teologia que queira refletir sobre a salvação do homem não
72 pode permanecer indiferente diante de um mundo dividido em países ricos, pobres e
73 miseráveis, ou numa sociedade, como se dá no terceiro mundo, na qual a distância entre
74 as classes sociais é escandalosa, estando a imensa maioria de seus membros em condições
75 degradantes de vida".

76 2 Graça e Libertação

77 A pessoa humana só se realiza dentro de um contexto de liberdade. Daí que, a
78 reflexão sobre a graça na América Latina, é simultaneamente uma reflexão sobre a
79 liberdade e a libertação. Não se pode entender a graça se não houver liberdade. Pois graça
80 e liberdade se identificam. A graça se torna tal, quando livremente aceita e assumida pela
81 pessoa. É a liberdade é graça na medida em que é o elemento primeiro que identifica a
82 pessoa humana das coisas, que eleva a pessoa do plano natural para o sobrenatural. É o
83 que afirma Juan Luís Segundo quando define a graça como a "força irresistível que nos
84 quer livres, que faz de todos nós homens livres, para levar adiante em comum a tarefa,

divina e humana ao mesmo tempo, de criar uma história de amor definitivo, precisamente por
ser livre". Em outro momento, o mesmo autor diz que "a liberdade é o próprio dom de Deus,
a presença da vida divina em nós".

Daí poder-se dizer que, ao vivermos e assumirmos a nossa liberdade, nós estamos nos
achegando de Deus. Ao contrário, quando não assumimos a nossa liberdade, nós estamos nos
afastando de Deus, porque deixamos de ser pessoas. Segue-se disso que, o maior crime que nós
podemos cometer contra o plano de Deus é "atentar contra a possibilidade de que o outro ser
humano viva plenamente a sua capacidade de liberdade e de pessoa". É a maior contribuição
que nós podemos dar a esse plano é nos empenharmos em que todos tenham condições de
viverem a sua liberdade. Isso nós só estaremos fazendo quando aceitarmos que a graça é uma
realidade no homem e como tal nos comprometemos pela libertação de todos os homens.
Enquanto não nos sentirmos impulsionados a lutarmos pela libertação de nossos irmãos, não
estamos vivendo em estado de graça, pois, "a graça que nos faz crescer no amor e na liberdade
sempre vem mediatizada pelos nossos irmãos". É por isso que, no conceito da Teologia da
Libertação, a graça é a "força de libertação pessoal e social na história".

A graça não é apenas algo que vem de Deus para a minha salvação pessoal e social na
história, mas é também uma força que me leva a lutar pela libertação do homem todo e de todos
os homens. Pois a graça, "só é realidade no homem quando aceita, e esta aceitação se dá no
compromisso com o próximo". Daí também que, "na história da salvação a obra divina é uma
ação de libertação integral e de promoção do homem em toda a sua dimensão, tendo como
único móvel o amor".

Se o homem, para viver na graça de Deus precisa estar comprometido na luta libertadora
do irmão, então é preciso que ele busque eliminar tudo o que oprime a pessoa humana. E o
primeiro passo é a libertação concreta. E esta libertação se realiza "na ação de transformar as
estruturas que perpetuam sua alienação ou, em outras palavras, numa transformação ideológica
e numa ação política".

Segue-se disso que, para atualizar a graça na América Latina, é preciso lutar por
mudanças de estruturas. Enquanto convivermos pacificamente com as estruturas injustas que
oprimem a pessoa humana, não estamos ainda vivendo em situação de graça, mas sim em
situação de pecado. Por isso, a graça, na América Latina, "é pensada em termos libertadores de
toda opressão, desmascarando as situações de desgraça e postulando a criação de situações
aonde a graça de Deus possa se historizar em mediações sociais mais fraternas e justas".

3 Graça e Libertação Transcendente

A graça não se limita à transformação das estruturas. Ela também inclui a conversão do
coração, pois "todo processo de libertação pode acabar por ser também escravizante, suscitando
novas tarefas libertadoras".

Não se pode porém, apenas ficar nessa libertação transcendente, o que seria alienação,
na medida em que leva a viver fora da realidade. É preciso unir o transcendente ao histórico.
"A vida eterna é a nova terra". "Um homem novo é o mesmo homem transformado". Daí que
a nova terra nos é reservada, não é outra, "é a nossa, a da nossa história, do nosso trabalho,
transformada". Segue-se que a "elevação da graça deve traduzir-se em nós, numa atitude que
respeite os dois pólos de uma tensão: o interesse apaixonado pela história dos homens e a
abertura ao gratuito, ao que ultrapassa as nossas esperanças".

Não se pode nunca separar a libertação concreta da libertação transcendente, pois toda
a libertação concreta de estruturas deve estar voltada para a definitiva libertação, e esta não
pode ser buscada a não ser dentro das libertações concretas. É o que afirma Leonardo Boff
quando diz que "um cristão que se dá conta da vinculação do pessoal com o estrutural não poderá
mais se contentar com uma santidade pessoal e com uma conversão apenas do coração.
Perceberá que para ser pessoalmente agraciado deverá lutar para que a estrutura social se
converta, se transforme em sua raiz, vale dizer, se abra à graça de Deus; enquanto isso não
ocorrer, sua bondade pessoal viverá uma terrível ambigüidade; é geradora de graça e de
desgraça, até encontrar a sua própria vontade".

Do que foi dito acima, deduz-se que não é possível viver a graça sem estar profundamente comprometido com a luta libertadora do irmão. É por isso que é preciso ter um profundo senso crítico frente à realidade que se nos apresenta. A partir da visão dessa realidade, a vivência da graça exige denúncia das injustiças aí presentes. É por isso que L. Boff diz que "poderá haver situações que à consciência não cabe outra saída, sem pecar, senão denunciar e assumir o caminho perigoso palmilhado por Jesus Cristo da prisão, da tortura e da morte violenta". Esse compromisso fraterno é suscitado pelo amor cristão, pois, "sem amor fraterno não se é conhecido por Deus".

Na mesma linha também podemos dizer que não é possível amar o irmão sem nos empenharmos no trabalho de sua promoção, que só acontece quando é alguém independente econômica, social, cultural e politicamente. Daí a graça poder ser identificada com amor e compromisso social com o irmão.

5 Conclusão

De tudo o que foi dito anteriormente deduz-se que, para a Teologia da Libertação, graça é o compromisso libertador assumido em favor do irmão oprimido, do irmão marginalizado, do irmão explorado. É uma luta franca e sincera visando libertar o irmão das situações concretas de opressão, tais como a fome, a doença, o analfabetismo, tendo sempre em vista a libertação escatológica. Ficar indiferente perante a opressão do irmão, é desgraça. Querer apenas a libertação escatológica sem buscar a libertação concreta e atual é alienação e utopia. Doutra lado, querer apenas a libertação das situações concretas é querer uma libertação parcial e incompleta. Uma não se realiza sem a outra.

O que leva a pessoa a lutar pela libertação do irmão, é o amor. Sem um sincero amor pelo irmão, não pode haver verdadeiro trabalho de libertação, pois, trabalhar pela libertação do outro, exige mudança de vida, exige despreendimento, exige desinstalação. É portanto, só o amor que pode levar uma pessoa a lutar pela libertação do irmão.

Concluindo esta pesquisa, atesto com toda a humildade que para nós, cristãos do século XX, é sumamente importante termos claro que não podemos pretender falar de Deus antes de estarmos inseridos na luta do povo. Não podemos falar de salvação (libertação escatológica), sem nos empenharmos na construção de um mundo mais justo e fraterno.

4.1.1 Nível vertical do discurso

4.1.1.1 Condições de produção

O discurso foi produzido em 1981, durante um período em que vigoram, no Brasil, as ideologias dos regimes de governos militares, sendo que nesse período ocupa a Presidência da República o Gen. Aureliano de Figueiredo, cuja prática política, embora apresente alguns indicadores de maior flexibilidade democrática, em relação aos governos anteriores, não abre espaço para práticas políticas de ideologias socialistas no país.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que prosperam as classes oligárquicas e industriais no país, a classe média continua a perder cada vez mais seu poder aquisitivo, e as classes dominadas passam a ocupar o maior espaço demográfico no país.

Como consequência de um parcial processo de abetura política, com a extinção do AI-5, as classes trabalhadoras brasileiras reiniciam movimentos

de protestos públicos contra as práticas de exploração econômica. E a Igreja, também afetada pela crescente decadência econômica do país, passa a identificar seu lugar de forma heterogênea nas relações de produção/reprodução, passando a identificar-se com o lugar das classes dominadas, e a produzir discursos que rompem com as ideologias que sustentam a reprodução das classes dominantes brasileiras.

Assim, dentro desse período histórico, a Igreja, dividida, passa a produzir um discurso de oposição às práticas capitalistas, negando-se a conformar-se com a reprodução das relações de produção das classes trabalhadoras, e, ao mesmo tempo, incorporando em suas formações discursivas elementos que estabelecem relações consensuais com as formações discursivas que representam as formações ideológicas de esquerda.

4.1.1.2 - Características do processo de interpelação dos alocutários

Tendo sido o texto publicado na Revista Teocomunicação, que se constitui num veículo de ampla divulgação de estudos e reflexões realizadas por comunidades eclesiais que ocupam espaços nas Instituições de Ensino Superior, e produzido pelo Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da PUC-RS, o artigo pretende interpelar as próprias comunidades eclesiais, objetivando um processo de identificação dos interesses das mesmas com os interesses das classes dominadas latino-americanas.

Assim, a reinterpretção do conceito de "graça", por Roque Hammes, visa, por meio de uma reflexão hermenêutica, através da síntese entre os princípios das ideologias cristãs e marxistas, conseguir a adesão das comunidades eclesiais sobre a decisão dos papéis que tais comunidades devem desempenhar no contexto nacional.

Desta forma, através de uma análise das contradições existentes entre as práticas sociais das classes dominantes e da Igreja, o artigo interpela as comunidades religiosas a assumirem seus lugares dentro da Ordem Institucional.

4.1.1.3 Formações discursivas: dominantes e dominadas

As formações discursivas dominantes, com as quais os membros das comunidades eclesiais são interpelados a se identificar, são as formações discursivas cristãs, que representam as posições ideológicas historicamente assumidas por Cristo e pelos apóstolos, em favor das classes dominadas sócio-economicamente, e as formações discursivas socialistas que postulam que a liberdade dos sujeitos somente se instaura a partir das liberdades sócio-econômica e cultural.

Por outro lado, as formações discursivas dominadas são aquelas que representam os lugares ocupados pelos países desenvolvidos que exploram os latino-americanos, pelos regimes militares, pelas estruturas sócio-econô-

micas elevadas que detêm os meios de produção, enriquecendo às custas da exploração daquelas que vendem sua força de trabalho.

Portanto, estabelecendo relações de aliança entre as formações ideológicas cristã e de esquerda, para constituir uma formação discursiva que permita uma tomada de consciência do lugar comum a ser ocupado por comunidades eclesiais, países e classes dominadas, o discurso rompe, ao mesmo tempo, com as formações discursivas que dominam as relações de produção internacionais e nacionais, e com as formações discursivas eclesiais que interpelam os indivíduos das nações latino-americanas em sujeitos da religião, através de ideologias que reforçam a dependência, a submissão e a passividade diante das relações hegemônicas de dominação social existentes nessas nações.

4.1.2 - Nível Horizontal

Os comentários do texto giram em torno do lugar que a Instituição Eclesiástica deve ocupar nas relações hegemônicas dos países latino-americanos e da concepção de Graça, a partir desse lugar.

Por outro lado, a fim de justificar a necessidade de ocupação de tal lugar, o discurso é organizado por vários sub-temas que caracterizam: a) progressivamente, as relações de ruptura que se instituem entre a Igreja e as classes dominantes; b) implicitamente, as relações de transformação das formações discursivas das comunidades eclesiais e o processo de identificação com as formações discursivas de esquerda.

Introdução

Já na introdução do texto os comentários giram em torno do objeto metafísico "graça", sendo que as relações de co-referência determinantes do objeto tematizado são constituídas por repetições (ls. 5, 8, 15) ou anáforas (ls. 1, 6, 9, 12).

Dentro da perspectiva enunciativa, observa-se que o estabelecimento de relações homogêneas e heterogêneas pela comunidade eclesial, em torno do objeto metafísico, que são reforçadas pela inserção de pronomes com funções de quantificação exclusivas e inclusivas (ls. 1, 4, 6).

Pode-se, assim, marcar no discurso a presença de dois sujeitos: a) um sujeito que reitera as formações ideológicas institucionais; b) um sujeito que rompe com tais formações ideológicas, sendo que o discurso deste último justifica, historicamente, as relações dialéticas nos processos de interpelação eclesiais.

Enunciados reiterativos das FIDs.
"Desde que a Igreja existe, fala-se da graça." (1.1)

Enunciados disjuntivos das FIDs.
"Cada qual a interpreta a seu modo..." (ls. 1, 2)

"... todos conservam a mesma idéia." (1.4)

"Todos a recebem..." (1.6)

"... o que ao longo da história da Igreja foi causa de muitas e grandes discussões. (ls. 2, 3)

"... desde que a aceitem." (1.6)

É, pois, através do percurso dos sujeitos que rompem com as FIDs. da Igreja que se introduz a FD dominante do discurso.

Formação Discursiva dominante

"... com o surgimento de um novo tipo de Teologia, surge um novo modo de interpretar a graça." (ls. 7, 8)

"Esta é vista dentro de um contexto determinado, que é um contexto de exploração e opressão." (ls. 9, 10)

É uma reflexão feita a partir da periferia, onde a grande maioria vive em condições sub-humanas." (ls. 10, 11)

1.1 - Situação da América Latina

O item 1.1 tematiza as relações entre Teologia e graça, justificando seus lugares nas relações de dominação, e, ao mesmo tempo, definindo uma concepção Teológica dentro da formação discursiva dominante, através de substituições lexicais redefinidoras que esclarecem, ao leitor, o lugar ocupado pelo sujeito dividido.

FD. dominante

"... a Teologia da Libertação, que é a Teologia da América Latina." (ls. 22, 3)

"É, portanto, uma Teologia de periferia..." (ls. 29, 30)

"... uma Teologia feita a partir de um lugar rebelde." (ls. 30, 1)

FD. dominada

"... centro do sistema imperante..." (1. 28)

Conforme se pode observar, acima, as relações de ruptura com as formações discursivas eclesiais que não explicitam seus lugares nas relações de dominação, são produzidas de forma implícita, podendo ser recuperadas através da determinação dos valores semânticos atribuídos aos itens lexicais "periferia" e "rebelde", por oposição à expressão "centro do sistema imperante", que se revela como polissêmica.

Valores semânticos das expressões redefinidoras

Teologia da América Latina — Teologia em favor das classes dominadas
Teologia de periferia

lugar rebelde → lugar de ruptura com as formações discursivas institucionalizadas

Valores semânticos da expressão que configura a FD. dominada

Centro do sistema imperante → lugar das cúpulas eclesiásticas
lugar dos interesses das classes dominantes

1.2 - Realidade Latino-americana

O item 1.2 contextualiza as relações de dominação/subordinação existentes entre os países dominadores (FDs. dominadas) e os países subordinados (FDs. dominantes), reiterando, implicitamente, o lugar da Teologia da Libertação dentro dessas relações.

Assim, através da co-referência por substituições redefinidoras dos itens lexicais antônimos "dominados" e "dominadores" e da repetição dos itens lexicais "desenvolvidos", "subdesenvolvidos", também antônimos, o discurso denuncia o lugar das lutas de classes nas relações hegemônicas entre os países.

FDs. dominantes

FDs. dominadas

"... iniciou-se para a América Latina uma dependência..." (ls. 35, 6) → "... centros hegemônicos..." (l. 36)

"... transposição de uma dependência direta para uma dependência indireta..." (ls. 40, 1)

"... os dominados bebem tudo..." (ls. 41, 2)

"... se sujeitam a ser manipulados..." (ls. 42, 3)

"... países dominadores..." (l. 43)

"... pelas elites e oligarquias nacionais conjugadas com as elites imperiais..." (ls. 43, 4)

"... América Latina é um continente subdesenvolvido e está destinada a permanecer indefinidamente..." (ls. 47, 8, 9)

"... subdesenvolvimento"

"... desenvolvimento..." (l. 49)

"... aos países subdesenvolvidos, aos quais devem pagar caro..." (ls. 52, 3)

"... os países desenvolvidos produzem a ciência e a técnica e a exportam..." (ls. 51, 2)

Nos países subdesenvolvidos... → "... existe a exploração institucionalizada..." (ls. 55, 6)

(l. 54)

lizada..." (ls. 55, 6)

"... permite a uns poucos usufruir dos benefícios do desenvolvimento..." (ls. 56, 7)

"... a grande massa dos trabalhadores é explorada, surgindo daí o drama humano da fome, miséria, exploração e marginalidade." (ls. 57, 8)

"... nos países dependentes" → "A metrópole faz de tudo para continuar a governar..." (ls. 60, 1)

"... dos países satélites." → "... utilizando-se para tal das elites internas..." (ls. 62, 3)

"... acultura." (l. 64) → "... elaboram-se ideologias e busca-se influenciar..." (l. 64)

"... o mito do comunismo..." (l. 65) → "Apresenta-se como inimigo número um que deve ser combatido." (ls. 65, 6)

"... os regimes militares e a doutrina da Segurança Nacional." (ls. 66, 7)

"A dependência econômica e a dependência política geram a dependência cultural." (ls. 69, 70)

"... dependência..." (l. 72)

"... uma é favorecida com o sistema de dependência externa e que enriquece à custa da..." (ls. 71, 2)

"... e outra é explorada e pisoteada." (ls. 72, 3)

"... para impulsionar um pequeno grupo..." (l. 73)

"... são muitos os que não têm condições de levarem uma vida digna de pessoas humanas." (ls. 75, 6)

Valores semânticos lacunares das expressões que se co-referem nas formações discursivas

FDs. dominantes

FDs. dominadas

dominados → países subdesenvolvidos e classes baixas

"elites oligárquicas nacionais"
"elites internas" → classes detentoras do poder econômico e os meios de produção dos países

países satélites → países subdesenvolvidos

mito do comunismo ---> fábula das classes dominantes

latino-americanos

"elites imperiais" ---> classes detentoras do poder econômico nos países desenvolvidos

"exploração institucionalizada"

---> exploração legitimada pelos governos latino-americanos

"uns poucos" ---> a classe dominante

"um pequeno grupo" ---> a classe dominante

"doutrina da Segurança Nacional

---> doutrina de preservação dos interesses das classes dominantes

Processos morfossintáticos que configuram apagamentos dos sujeitos interpelados pelas FDs.

"a cultura" (dos dominados) - eclipse do compl. nominal (l. 64)

"elaboram-se ideologias..." processo sintático de indeterminação do sujeito, apagando as classes dominantes. (l. 64)

"apresenta-se o mito do comunismo" - processo sintático de indeterminação do sujeito, apagando as classes dominantes. (l. 65)

1.3 - A Teologia dentro deste contexto

O item 1.3 passa a interpelar diretamente os alocutários, situando a posição dos sujeitos que se identificam com a Teologia da Libertação. Portanto, através da tematização do papel da Teologia no contexto latino-americano, o sujeito-enunciador define o seu lugar nas relações de dominação.

Formulações que caracterizam as relações compactuadas entre as FDs. socialistas e cristãs.

FD. cristã

FD. socialista

"... vê aí o pecado e a injustiça." (l. 80)

"... uma tentativa de articular criticamente o engajamento eficaz do amor cristão em termos de libertação --- religiosa (ls. 81, 2, 3)

"... reflete sobre a libertação escatológica (ls. 84, 5)

"Olha para a marginalidade e a pobreza de milhões de pessoas..." (ls. 79, 80)

--- libertação sócio-econômica, político-religiosa". (ls. 82, 3)

"... é preciso buscar as libertações parciais, que são as libertações políticas, econômicas, sociais e cul-

turais" (ls. 85, 6, 7)

"A salvação de Deus, escatológica, não vem somente pelo processo de libertação da dimensão política..." (ls. 87, 8, 9)

"a dimensão política não é tudo, mas é algo que pertence ao quadro da salvação" (ls. 90, 1)

"... uma Teologia que queira refletir sobre a salvação do homem..." (ls. 91, 2)

"... não vem, tão pouco, sem este processo..." (ls. 89, 90)

"... não pode permanecer indiferente diante de um mundo dividido em países ricos, pobres e miseráveis, ou numa sociedade... na qual a distância entre as classes sociais é escandalosa..." (ls. 93, 4, 5, 6)

Complementando o quadro que ilustra as articulações estabelecidas entre as FDs., cabe acrescentar que ocorre, paralelamente, ao processo de interpelação das comunidades que se identificam com a Teologia da Libertação, a apropriação dos discursos de outros locutores, e que reforçam e reiteram os efeitos de sentidos produzidos pela definição do lugar das comunidades eclesiais na América Latina (ls. 87, 6, 9 e 91 até 97), constituindo o fenômeno da paráfrase autorizada.⁴

4.2 A IGREJA DEVE FALAR EM REFORMA AGRÁRIA?

Tarcísio de Madal

- 1 Há inúmeras razões para justificar a insistência da Igreja na Reforma Agrária.
- 2 Lamento que muitos púlpitos, muitos movimentos se omitam deste candente e crucial
- 3 problema. Não se trata mais de uma opção, mas de uma imposição dos fatos: ou
- 4 solucionamos a questão agrária ou teremos muito sangue a correr pelo Brasil, pois, de
- 5 um lado, o nível de sofrimento do povo atingiu dimensões incríveis e, de outro lado, o
- 6 nível de cinismo dos poderosos explodiu em níveis inacreditáveis.
- 7 A Igreja deve falar em Reforma Agrária, pois a missão dela é evangelizadora:
- 8 iluminar os fatos concretos com o pensamento do Evangelho.
- 9 A Igreja deve falar em Reforma Agrária porque "a terra foi dada a todos e não só
- 10 aos ricos". Porque pelo direito natural e pelas luzes da revelação, ela defende a proprie-
- 11 dade particular, mas para todos.
- 12 A Igreja deve falar em Reforma Agrária porque acima do direito à propriedade
- 13 existe o direito à vida. Diante do direito à vida cessa até o direito de propriedade.
- 14 Porque pelo direito natural e pelas luzes da revelação, a Igreja sabe que a ninguém
- 15 é permitido possuir por possuir, especialmente quando isso acarreta a fome e a miséria
- 16 dos outros.

⁴ A paráfrase autorizada, por oposição aos demais processos parafrásticos, se caracteriza pela apropriação de discursos de sujeitos que legitimam os lugares das formações discursivas que representam os processos de interpelação sociais e institucionais.

4.2.1 Nível vertical do discurso

4.2.1.2 Condições de produção

O discurso foi produzido em 1986, durante o primeiro regime de governo civil Governo Sarney após sucessivos regimes de governos militares.

O regime de governo Sarney, na tentativa de implantar novas medidas político-econômicas para o combate do elevado nível de inflação no país, instaura um novo plano econômico o plano cruzado e, ao mesmo tempo, a fim de garantir as condições de transformação do modo de produção da sociedade brasileira, instaura, juntamente com seus Ministérios, um discurso sobre "reforma agrária", o qual afirma visar a soluções para as dificuldades oriundas da improdutividade de terras no campo, e o aproveitamento da mão-de-obra dos "colonos sem terra", neutralizando, assim, os conflitos instaurados entre os colonos, índios e proprietários rurais, que passam a se multiplicar em várias regiões do país.

Em virtude do crescente número de conflitos instaurados entre colonos e proprietários rurais pela posse de terras improdutivas, são travadas lutas corporais entre as duas classes, as quais muitas vezes resultam em mortes, principalmente nas regiões do nordeste.

Muitas comunidades eclesásticas, por outro lado, tendo de conviver com tais conflitos, e percebendo os obstáculos que distanciam as práticas de desapropriação de terras dos discursos, passam a incorporar-se aos movimentos dos "sem terras", tornando-se também alvo de perseguições dos proprietários rurais.

Tais acontecimentos acarretam muita polêmica entre as classes dominantes, que passam a questionar o papel da igreja diante dos enfrentamentos de classes sociais, condenando-a por colocar-se ao lado dos "sem terras".

Por outro lado, a própria igreja passa a dispersar-se em relação a posições ideológicas que devem ser assumidas diante dos acontecimentos, o que gera também tomadas de posição por outras instituições que são interpeladas pela Instituição religiosa, e passam a reiterar uma tomada de posição da igreja em favor das classes dominadas.

Assim, as demais classes que se identificam com os lugares assumidos por muitas comunidades eclesásticas diante da necessidade da reforma agrária, passam a produzir um discurso de alinagem com tais comunidades, opondo-se, ao mesmo tempo, às instituições e segmentos sociais que são contrários à prática política da reforma agrária.

4.2.1.3 Características do processo de interpelação dos alocutários

O texto foi publicado na Revista Mundo Jovem, editada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo sido produzido por um jornalista, e docente da Instituição.

Considerando-se a abrangência da clientela da Revista, constata-se que o canal de divulgação pretendeu ser bem mais amplo do que o do primeiro texto, abarcando tanto a comunidade religiosa, como os corpos docente e discente da PUC.

Por outro lado, considerando o meio de divulgação, constata-se também que o artigo pretendeu interpelar basicamente as seguintes classes: a) as comunidades eclesiais indecisas em relação a uma tomada de posição diante da prática política da reforma agrária; b) segmentos dos corpos docente e discente da Universidade, configurados como omissos diante dos movimentos de luta de classes no país, no intuito de que também os sujeitos interpelados como classes dominadas dentro das instituições acadêmicas, passem a defender o discurso da Igreja em favor da reforma agrária.

4.2.1.4 Formações discursivas: dominantes e dominadas

As formações discursivas dominantes, com as quais as comunidades eclesiais e acadêmicas são interpeladas a se identificar, são aquelas que configuram o lugar da igreja diante de sua missão evangelizadora, segundo os princípios axiológicos revelados por Cristo e seus apóstolos, os quais censuram a ganância por bens materiais, a exploração econômica e a oligarquia.

Desta forma, ao interpelar os alocutários, justificando a necessidade do discurso da Igreja em favor da reforma agrária, o sujeito-enunciador identifica-se não somente com os "sem terras", mas também com todas as demais classes assujeitadas pelo sistema de exploração da força de trabalho humano em prol da reprodução das condições de hegemonia de uma classe que detém o monopólio dos meios e bens de produção.

Assim, as formações discursivas dominadas, no discurso, são aquelas que representam os interesses das classes rurais que detém um monopólio de terras improdutivas no Brasil, bem como as que defendem os interesses de tais classes, por identificarem-se com as mesmas nas escalas hegemônicas de dominação e reprodução das condições de produção materiais no país.

Portanto, ao tentar estabelecer um discurso de aliança entre as comunidades eclesiais que defendem a posição da Igreja em favor dos "sem terras" e as comunidades cristãs de nível sócio-econômico baixo que atuam em diferentes segmentos institucionais, o artigo congrega também os interesses comuns de cristãos e não-cristãos, a respeito da prática política da reforma agrária.

4.2.2 Nível Horizontal

O tema do artigo constitui-se a partir da necessidade do discurso da Igreja em favor da reforma agrária.

Neste texto, ao contrário do anterior, o tema é mantido e reiterado, em quase todos os parágrafos, através de um enunciado comum "A Igreja deve falar em Reforma Agrária" que possibilita a coesão e a progressão dos argumentos construídos para justificar uma tomada de posição da Igreja em relação à questão polêmica instaurada sobre o lugar que a mesma deve ocupar diante do conflito entre os "sem terras" e os proprietários rurais.

Por outro lado, o conjunto de argumentos que constituem a unidade temática do discurso apresenta, de forma subentendida, no nível intradiscursivo ou horizontal, um caráter refutativo, uma vez que todos os argumentos que constituem os comentários são construídos para esvaziar os discursos que representam as formações discursivas dos segmentos sociais e institucionais explícita ou implicitamente contrários a práticas políticas da Igreja em favor dos "sem terras".

Já no primeiro parágrafo do discurso pode-se constatar a existência de formações discursivas contrárias em torno da questão.

FD. dominante

"Há inúmeras razões para justificar a insistência da Igreja na Reforma Agrária." (ls. 1, 2)
"Lamento que..." (l. 2)

"Não se trata mais de uma opção..." (l. 4)
"... de um lado o nível de sofrimento do povo atingiu dimensões incríveis..." (ls. 6, 7)

FD. dominada

"... muitos púlpitos, muitos movimentos se omitam deste candente e crucial problema".

"... de outro lado, o nível de cinismo dos poderosos explodiu em níveis inacreditáveis" (ls. 8, 9)

Observa-se também, em relação ao primeiro parágrafo, que o emprego das desinências de 1^{as}. pessoas do singular e do plural funciona como um recurso de identificação entre locutor e alocutários, correspondendo a um processo de interpelação comum dos sujeitos nas formações discursivas dominantes. ("Lamento, solucionamos, teremos")

A partir do segundo parágrafo, a repetição do enunciado "A Igreja deve falar em Reforma Agrária", cuja função consiste em reiterar o papel político da Igreja, é acompanhada das conjunções "pois" e "porque", utilizadas para introduzir argumentos que justifiquem as posições assumidas por determinadas comunidades eclesiais em favor dos "sem terras", e, ao mesmo tempo, refutar as formações discursivas contrárias a essas posições.

Portanto, é através da identificação das relações dos argumentos com as formações discursivas que se chocam no discurso, que se faz possível identificar o tipo de interpelação presente nas formações discursivas dominantes.

Vejamos, a seguir, como os argumentos formulados podem ser reinscritos nas FDs.

Enunciado que reitera a posição ideológica da formação discursiva dominante "A Igreja deve falar em Reforma Agrária, porque/pois..."

FD. dominante	FD. dominada
"... a missão dela é evangelizadora..." (ls. 10,11)	
"... a terra foi dada a todos..." (ls. 13, 14)	"... e não só aos ricos." (l. 14)
"... pelo direito natural e pelas luzes da revelação, ela defende --- mas para todos" (ls. 15, 16)	<p>→ "... a propriedade particular..." (ls. 15, 16)</p> <p>→ direito à propriedade... (ls. 17, 18)</p>
"... acima do --- está o direito à vida". (ls. 17, 18)	
"Diante do direito à vida cessa até..." (ls. 18, 19)	"... o direito de propriedade". (ls. 18, 19)
"... pelo direito natural e pelas luzes da revelação, a Igreja sabe que a ninguém é permitido possuir por possuir..." (ls. 20, 21, 22)	→ "... isso acarreta a fome e a miséria..." (ls. 22, 23)
"... ela percebe..." (ls. 24, 5)	→ a estrutura injusta, a mentirosa "indústria da seca..." (ls. 24, 25)
"... o estado de escravidão em que muitos trabalhadores rurais foram colocados..." (ls. 26, 7)	→ ... em nome da livre iniciativa, em nome do direito de propriedade." (ls. 27, 8)
"... dentro da experiência consagrada por uma visão global ... ela defende a empresa doméstica, a propriedade rural que dá autonomia familiar." (ls. 29, 30, 1, 2)	
"... a questão... é o bem comum, o bem de todos." (ls. 35, 6)	"... muito além das terras produtivas ou supostamente produtivas..." (ls. 33, 4)
	"Invoquem a lei positiva, mas não esqueçam que toda lei injusta é lei nula." (ls. 39, 40)
"... o bom senso, o direito natural, o Evangelho não admite..." (ls. 41,	→ "... a livre iniciativa, quando esta se

2)

torna fator de monopólio, ... de exploração dos poderosos (ls. 42, 3, 4)

"miséria"

"... sabe que o único título que dá direito aos meios de produção se chama *bem comum, serviço da comunidade*, orientação social da produção e da estrutura produtiva." (ls. 45, 6, 7, 8)

Conforme se pode observar, nos parágrafos analisados acima, existem expressões típicas das duas formações discursivas que se repetem, dentro das mesmas, e, ao mesmo tempo, caracterizam as relações contraditórias estabelecidas entre as FDs. das comunidades eclesiais que preconizam o discurso da Igreja pró-reforma agrária e as FDs. que defendem o direito da privatização das propriedades rurais, o monopólio e a improdutividade das terras.

Assim, dentro da FD. dominante observa-se a reiteração de expressões como: "luzes da revelação", "todos", "direito à vida", "direito natural" e "bem comum".

Por outro lado, dentro da FD dominada observa-se a reiteração de expressões como: "direito de propriedade", "livre iniciativa", "poderosos", "lei" (positiva).

É, pois, com base em uma relação comparativa entre as expressões que dominam nas duas formações discursivas, que se faz possível descrever as funções axiológicas das mesmas, de forma contraditória.

Portanto, dentro das FDs. dominante e dominada temos as seguintes funções axiológicas:

Valores semânticos dos itens lexicais

FD. dominante	FD. dominada
todos ---> povo	poderosos ---> latifundiários
direito natural ---> direito assegurado pelos princípios cristãos, contrário à lei positiva	direito de propriedade ---> direito assegurado pelo capitalismo
luzes da revelação ---> princípios cristãos que asseguram igualdade de direitos	lei positiva ---> lei que assegura os interesses dos latifundiários
bem comum ---> socialização dos meios de produção entre todas as classes	livre iniciativa ---> capitalismo

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com base nas análises dos textos "A Graça na Teologia da Libertação" e "A Igreja deve falar em Reforma Agrária?", verificamos que, embora as condições de formação dos discursos tenham sido ocasionadas por conflitos sociais distintos, tais como: a) o compromisso da Igreja com as nações subdesenvolvidas, b) o compromisso da Igreja com os "sem terras"; os movimentos de ruptura e interpelação dos indivíduos em sujeitos da religião foram consensuais.

Desta forma, verificou-se que, nos dois discursos, o processo da interpelação dos sujeitos se constituiu a partir de uma tomada de posição sobre o lugar, através do qual a Igreja deve constituir suas formações discursivas; isto é, através de um processo de identificação com o lugar das classes sócio-economicamente dominadas em níveis internacional e nacional.

Por outro lado, tais tomadas de posição implicaram um movimento de ruptura com formações discursivas anteriormente configuradas na Instituição, uma vez que os dois discursos apresentaram em comum uma prática política de divisão e distanciamento de outros sujeitos também interpelados pela Instituição religiosa, conforme referências já feitas nas análises dos níveis horizontais dos dois discursos: "... com o surgimento de um novo tipo de Teologia, surge um novo modo de interpretar a graça" (ls. 7, 8, D1). "É uma reflexão feita a partir da periferia..." (ls. 10, 11, D1). "Lamento que muitos púlpitos, muitos movimentos se omitam..." (ls. 2, 3, D2).

Verificou-se, também, em consequência de uma tomada de posição comum sobre o lugar da Igreja nos dois discursos, que as relações de aliança foram reiteradamente estabelecidas com as classes dominadas - trabalhadores urbanos e rurais - do mesmo modo que os movimentos de ruptura intra-institucionais se configuraram por relações de oposição às condições de dominação dos centros hegemônicos representados pelos países desenvolvidos e pelos latifúndios do país.

Assim, as formações discursivas dominantes, nos dois discursos, embora interpelando sujeitos que ocupam lugares diferentes nos órgãos institucionais (comunidades eclesiais, docentes e acadêmicos de cursos universitários), podem ser identificadas por assumirem posições comuns, tanto em relação à defesa dos direitos das classes dominadas brasileiras e latino-americanas, como em relação a oposições estabelecidas com as formações ideológicas que correspondem aos lugares ocupados pelos centros hegemônicos e classes sociais dominantes, garantindo, portanto, os mesmos efeitos de sentidos nos processos de interpelação.

Há que se ressaltar, por outro lado, que embora nos dois discursos seja possível identificar a presença explícita de relações de divergência intra-institucionais, no segundo discurso as informações lexicais e semânticas contidas nos enunciados que constituem o intradiscurso, não nos permitem identificar a natureza refutativa do mesmo, que se configura por um revide a oposições

contrárias assumidas em face dos discursos de comunidades eclesiais favoráveis à prática da reforma agrária.

Outra questão a ser levantada, neste estudo, consiste no fato de que, enquanto no primeiro artigo, o discurso de ruptura com as classes hegemônicas internacionais e latino-americanas é configurado pela presença explícita de formações discursivas que convergem os princípios das formações ideológicas cristãs e marxistas, no segundo as relações de convergência entre as duas formações ideológicas somente podem ser identificadas através da interseção entre os pressupostos que determinaram as formulações dos enunciados e as oposições ideológicas caracterizadas pelos itens lexicais que representam os lugares ocupados pelas classes e instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, Emile. *O homem na linguagem*. Lisboa: Vega Universitária, s.d.
- HAMMES, Roque. A graça na teologia da libertação. *Teocomunicação*. (52):145-151, Porto Alegre: PUC, 1981.
- HARRIS, Zeelig. *La structure mathématique du langage*. Paris: Hermann, 1971.
- KAUTSKY, Karl. *Cristianismo e socialismo. Teoria política*. (1): 117-127, São Paulo: Brasil Moraes, 1980.
- LEEMAN, Danielle. *Les paraphrases. Langages*. (29):43-54, Paris: Didier/Larousse, Março de 1973.
- NADAL, Tarcísio de. A igreja deve falar em reforma agrária? *Mundo Jovem*. Porto Alegre: PUC, março de 1986, p.3.
- PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- FÊCHEUX, Michel. *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1975.
- . *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- . *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.